

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
NOTA DO AUTOR.....	13
LISTA DE SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	21
1. EXPANSÃO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO E O FLORESCIMENTO DA AUTORREGULAÇÃO CORPORATIVA	25
1.1. Expansão do Direito Penal Econômico	25
1.2. A persecução dos crimes econômicos	31
1.2.1. O modelo norte-americano de persecução aos crimes econômicos.....	32
1.2.2. A persecução aos crimes econômicos no Brasil	39
1.3. Autorregulação corporativa.....	46
1.3.1. A autorregulação criminal empresarial.....	47
1.3.2. Incentivos normativos para a implementação do <i>compliance criminal</i>	53
1.3.3. Os pilares do <i>criminal compliance</i> e a importância das investigações internas corporativas	59
2. INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS E SUA CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DA PERSECUÇÃO PENAL.....	67
2.1. Investigação corporativa: aspectos gerais	67
2.1.1. Origem.....	67
2.1.2. Conceito.....	72
2.1.3. Incentivos à realização das investigações	74
2.1.4. Etapas das investigações corporativas	80
2.1.4.1. O início das investigações	83

2.1.4.2.	A definição do objeto	87
2.1.4.3.	Governança da investigação	88
2.1.4.4.	Diligências das investigações corporativas.....	91
2.2.	Classificação das investigações corporativas no âmbito do processo penal.....	97
2.2.1.	Investigações corporativas no contexto de um sistema adversarial.....	97
2.2.2.	As investigações particulares no modelo de processo penal brasileiro	106
2.2.2.1.	A investigação defensiva	110
2.2.2.2.	A investigação corporativa no processo penal brasileiro.....	115
3.	O SIGILO DAS INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS	121
3.1.	O sigilo a partir do sujeito-investigador	122
3.2.	O sigilo das investigações corporativas nos EUA	124
3.2.1.	<i>Attorney-client privilege</i>	125
3.2.2.	<i>Work-product doctrine</i>	130
3.2.3.	Causas de limitações das prerrogativas.....	133
3.3.	O sigilo das investigações corporativas no Brasil	137
3.3.1.	Sigilo profissional do advogado.....	138
3.3.2.	Inviolabilidade do sigilo	143
3.3.2.1.	Escritório ou local de trabalho	145
3.3.2.2.	Instrumentos de trabalho.....	147
3.3.2.3.	Sigilo das comunicações	149
3.3.3.	As exceções ao sigilo	153
3.3.3.1.	Participação do advogado na prática de crime.....	154
3.3.3.2.	Exceção ao sigilo: acesso do investigado/acusado	157
4.	ADMISSIBILIDADE DOS ELEMENTOS INFORMATIVOS ORIUNDOS DAS INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS	161
4.1.	Controle de admissibilidade na persecução penal: limites extrínsecos e lógicos	162
4.2.	Prova ilícita obtida por particulares	167
4.3.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais como critério de admissibilidade de prova no processo penal	171
4.3.1.	Teoria da ineficácia horizontal.....	172
4.3.2.	Teoria da eficácia mediata.....	174

4.3.3.	Teoria da eficácia imediata.....	176
4.3.4.	Tomada de posição.....	177
4.4.	Os atos de investigação corporativa: admissibilidade no processo penal.....	181
4.4.1.	Entrevistas.....	182
4.4.1.1.	As entrevistas e o princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> : colocação do problema.....	182
4.4.1.1.1.	<i>Nemo tenetur se detegere</i> no ordenamento penal brasileiro: conteúdo e alcance.....	186
4.4.1.1.2.	Direito ao silêncio: titularidade e âmbito de aplicação.....	190
4.4.1.1.3.	Dever legal de advertência sobre o direito ao silêncio: condição de validade do ato...	192
4.4.1.1.4.	O dilema do <i>talk or walk</i> : possíveis soluções no âmbito do processo penal.....	195
4.4.1.1.5.	Tomada de posição: as consequências.....	200
4.4.1.2.	A presença de advogado para representar o entrevistado.....	206
4.4.1.3.	Alertas prévios à entrevista.....	210
4.4.1.4.	Meio de registro da entrevista.....	215
4.4.2.	Os meios invasivos da investigação corporativa.....	219
4.4.2.1.	Direito à privacidade no Direito Trabalhista.....	220
4.4.2.2.	Os meios invasivos nas investigações corporativas....	224
4.4.2.2.1.	Medidas invasivas permitidas.....	226
4.4.2.2.2.	Medidas invasivas permitidas condicionadas.....	228
4.4.2.2.3.	Medidas invasivas vedadas.....	230
4.4.2.3.	Admissibilidade de meios invasivos no processo penal.....	232
5.	ASPECTOS DA VALORAÇÃO DE PROVA RELACIONADOS ÀS INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS	239
5.1.	Meio de prova para ingresso no processo penal.....	239
5.2.	A natureza dos elementos colhidos em investigações corporativas.....	243
5.3.	Prova constituída e prova constituenda: a exigência do contraditório na valoração dos elementos informativos.....	245
5.4.	A fiabilidade como critério para valoração dos elementos informativos oriundos das investigações corporativas.....	248
5.4.1.	A independência das investigações internas como fator global de fiabilidade probatória.....	255

5.4.2. A completude do material compartilhado como fator global de fiabilidade probatória	261
5.5. Aspectos da valoração relacionados aos elementos informativos individuais da investigação corporativa	266
5.5.1. Entrevistas	267
5.5.2. Documentos físicos	269
5.5.3. Documentos digitais	279
5.5.4. Relatório final	286
CONCLUSÃO	289
REFERÊNCIAS	293
Legislações, Decretos e Resoluções	309
Tribunais Federais Nacionais	311
Cortes Internacionais	314